



## **MIGRAÇÃO ASPECTOS AMBIENTAIS E A ESTRUTURA AGRARIA NO ESTADO DE MATO GROSSO**

**Marines Orlandi  
Natalicio Pereira Lacerda  
Arnaldo Taveira Chioveto  
Almir Arantes**

### **Resumo**

Este estudo tem como objetivo resgatar o processo de ocupação do Estado de Mato Grosso e suas transformações impulsionado pela nova agricultura brasileira a partir de 1970. A metodologia foi baseada em uma revisão histórica descritiva da formação, consolidação, organização, ocupação e estrutura agrária do seu território. O território Matogrossense esta inserido em dois biomas Amazônia e Cerrado. É evidente que, enquanto na ocupação bioma Cerrado foi ainda mais forte em meados dos anos 1990, o uso do solo para atividades agrícolas no bioma amazônico aconteceu depois do ano de 2000.

**Palavras-chave:** Mato Grosso. Migração e ocupação. Aspectos agrários e ambientais.

### **MIGRATION, ENVIRONMENTAL ASPECTS AND AGRARIAN STRUCTURE IN STATE MATO GROSSO**

#### **Abstract**

This study aims to rescue the occupation process of the State of Mato Grosso and its transformations driven by new Brazilian agriculture from 1970. The methodology was based on a descriptive historical review of the formation, consolidation, organization, occupation and agrarian structure your territory. The territory Mato is inserted into two biomes Amazon and Cerrado. Clearly, while the Cerrado biome occupation was even stronger in the mid-1990s, the land use for agricultural activities in the Amazon biome happend after the year 2000.

**Keywords:** Mato Grosso. Migration and occupation. Agricultural and environmental aspects.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Brasil revela-se em áreas de densidade e rarefação, sendo isto mais complexo a partir de 1970 quando a implementação do setor industrial se intensifica em territórios já estruturados, o que vem consolidar algumas regiões específicas (como Sul e Sudeste), impondo uma concentração industrial, evidenciando um alargamento da divisão social do trabalho (SILVEIRA, 2011). A inclusão de novos espaços territoriais por via da ocupação em fronteiras agrícolas vem ser uma saída para a desconcentração populacional e a ocupação dos “espaços vazios” brasileiros. Esta decisão impôs ritmo novo ao processo de crescimento e desenvolvimento do país, incluindo novas formas de territorialização que se inicia e aprofunda nas novas fronteiras nelas inclusa o estado de Mato Grosso.

A inserção de Mato Grosso na economia brasileira se dá ao final da década de 1970, principalmente com o crescimento dos centros urbanos, que impulsionou a



necessidade por alimentos nas áreas urbanas, principalmente do Sudeste brasileiro. Neste período, o sul do estado de Mato Grosso<sup>1</sup> (hoje Mato Grosso do Sul) foi incorporado ao mercado nacional com o intuito de fornecer alimentos para o Brasil, a produção de uma agricultura comercial teve seu início em pequenos estabelecimentos agrícolas. Este impulso ocorreu com a implantação no Governo de Getúlio Vargas das Colônias Agrícolas Nacionais (1937-1945), que passou a produzir e abastecer do mercado nacional, transformando as atividades agrícolas de subsistência em agricultura comercial.

Entretanto, a localização do Mato Grosso tem suas peculiaridades. Encontra-se quase totalmente inserido na Amazônia Legal Brasileira<sup>2</sup> e tem seu território delimitado por três biomas distintos: Amazônia, Cerrado e Pantanal.

Esta característica faz que seu território seja único no tocante ao uso e a ocupação do solo devido ao Código Florestal Brasileiro (BRASIL, 2012). Este determina que todo imóvel rural devem manter áreas de vegetação nativa (Reserva Legal) e que a abertura de novas áreas devem obedecer as seguintes delimitações: de 65% para os municípios do bioma Cerrado, 20% para o bioma Amazônico e 20% para as áreas situadas no bioma Pantanal.

Com esta especificação o uso do solo nos territórios contidos em Mato Grosso houve formas diferenciadas de ocupação, onde primeiramente foram abertas áreas de fácil manuseio do solo pela característica física (plana), pela maior liberdade de abertura de áreas limitadas pelo Código Florestal e pelo próprio fluxo migratório do sul para o norte do país, fazendo que o Cerrado fosse “ocupado” a partir da década de 1980. Após o domínio deste espaço, a migração foi aos poucos ocupando a Amazônia a partir do início do ano de 2000, território antes inexplorado pela dificuldade do uso do solo, por ter como característica uma floresta densa.

---

<sup>1</sup> A divisão do Estado de Mato Grosso ocorreu em 1977, por intermédio da Lei Complementar nº 31, que foi determinada pelo presidente Ernesto Geisel, criando o Estado do Mato Grosso do Sul e conservando a parte norte do antigo território com a denominação de Mato Grosso. CAVALCANTE, Else; RODRIGUES, Maurim. *Mato Grosso e sua história*. Cuiabá: Edição dos autores, 1999, p.127-8.

<sup>2</sup> Área na região da floresta amazônica que envolve nove estados brasileiros (Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e parcialmente os estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão), criada com o objetivo a promoção e planejamento do desenvolvimento da região (lei 1.806 de 06 de janeiro de 1953) (BRASIL, 2013).



Estes motivos influenciaram na forma de ordenação e organização do território, influenciando a estrutura fundiária e exploração das atividades primárias nos biomas Matogrossense.

Metodologicamente, o texto se pautou em uma revisão histórico descritiva da formação do estado de Mato Grosso com ênfase em sua ocupação, ordenamento e aspectos fundiários inseridos nos biomas Amazônico e Cerrado. Também se utilizou de dados oficiais como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Na perspectiva de entendimento deste processo, o artigo está dividido em quatro partes, inclusive já esta introdução. Na segunda parte os autores se propõem a uma apresentação histórica descritiva das estratégias de ocupação do território e a forma de ordenamento o que vem caracterizar o Mato Grosso. A terceira parte do artigo é relativa estrutura fundiária e o uso do solo pelas atividades primárias nos biomas Cerrado e Amazônia Matogrossense. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## **2 MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO NA OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO**

Para inserir o estado de Mato Grosso como produtor de matérias-primas para exportação, o Governo Federal incrementou políticas públicas para o fomento de infraestrutura produtiva e econômica. O princípio dessa política foi por meio de incentivo a migração e colonização do território, que foram aos poucos sendo apropriados pelos migrantes, originalmente do Sul e do Sudeste do Brasil, migraram para a região Centro-Oeste na busca de melhores condições de trabalho e renda, com novas relações de produção com base no trabalho familiar.

Com a chegada deste migrante, aos poucos a forma de apropriação do espaço se modifica pela posse de terras devolutas ou compra de propriedades que até então estavam à margem do processo de crescimento e desenvolvimento social, pela falta de infraestrutura nos municípios, reforçado pela distância aos centros comerciais dos municípios ou a vias de acesso para o escoamento da produção.

Consequentemente esses fatores levaram a uma concentração fundiária elevada nas regiões Matogrossense que por conseguinte, houve a expulsão de pequenos produtores forçando um deslocamento para outras regiões, que ao final do



século XX eram mais atrativas. Siqueira (1990) informa que se deve considerar neste processo de migração a possibilidade de melhoria de renda, pois a valorização das terras como mercadoria no território era barata e farta, o que veio contribuir para a abertura e ocupação da região.

Com a perspectiva da ação do Estado, oportunizando o acesso da população a região, tornando-a um território delimitado por um grupo de indivíduos, com sonhos, valores, renda e trabalho, o Mato Grosso como área de fronteira nacional recorreu à “colonização no século XVIII para resguardar e ampliar seus limites territoriais e mais recentemente, como área de fronteira econômica” (MORENO: 2005b, p. 53).

A colonização oficial como política de povoamento do território entre 1900 a 1960 vem a ser fortalecida após a criação do Serviço de Povoamento do Solo Nacional pela União (1906), que tinha como objetivo incentivar migrantes e a transferir mão de obra para o interior do Brasil quando os governos estaduais regulamentaram a implantação de núcleos coloniais. Mas ela só se concretizou após 1940 (Marcha para o Oeste)<sup>3</sup>, com o objetivo na diversificação da produção para fornecimento de alimentos aos centros urbanos e de matéria prima para a indústria em formação (SIQUEIRA, 1990).

Neste intuito, o governo federal criou em 1943 a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central, com o intuito de implantar núcleos de povoamento a partir do Vale do Araguaia até o Xingu, onde se instalou o povoado de Xavantina em 1944. Na região sul do Estado (hoje Mato Grosso do Sul), houve estímulo à vinda de migrantes gaúchos para “resguardar a fronteira”, sendo implantada a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Ao norte, em virtude da grande quantidade de terras devolutas, o governo estadual, por meio do Departamento de Terras e Colonização, cria em 1950 o primeiro Código de Terras do Estado, que previa a implantação de colônias agrícolas

---

<sup>3</sup> Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, determinou a criação dos Territórios Federais Guaporé (atual Rondônia), do Rio Branco (atual Roraima), do Amapá, de Ponta Porá e do Iguazú, os dois últimos extintos na Constituição 1946. Dentro do espírito da nacionalização, a “Marcha para Oeste” foi um esforço nacional de ocupação territorial visando à segurança e à defesa da soberania nacional. A ocupação das fronteiras deveria atender à urgente necessidade de estabelecer e desenvolver, rápida e racionalmente, as condições mínimas de nacionalização, de organização social, econômica e de segurança das regiões fronteiriças e dos sertões, de integrá-los.



em terras aráveis “não aproveitadas às margens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil” (MORENO, 2005b, p. 54).

Entre os períodos de 1940 a 1966 foram implantados 30 núcleos oficiais de colonização, sendo 23 nas atuais áreas do atual estado de Mato Grosso, com cerca de 400 mil hectares, ocupadas por cerca de 70 mil colonos. O Estado firmou contrato com 29 empresas particulares de colonização, onde fez concessões de terras públicas com áreas médias de 200 mil hectares a pessoas físicas, colonizadores individuais e distribuição de lotes de 20 hectares como incentivo às ocupações individuais, principalmente por garimpeiros vindos de garimpos decadentes.

Nesse período, a partir de 1947 houve a colonização no vale do rio São Lourenço, ao sul, com a implantação da colônia agrícola estadual de Fátima de São Lourenço e as colônias particulares de Jaciara, Santa Elvira e São Pedro da Cipa. Na região médio-norte, houve o núcleo de povoamento na Gleba Rio Ferro em Chapada dos Guimarães; a Gleba Arinos no município de Diamantino que originou em 1955 o município de Porto dos Gaúchos. No sudeste, foi implantada a colônia Rio Branco na região de Cáceres.

Mas essas colônias não prosperaram por interferência de algumas situações, nas quais pode-se destacar: 1) as dimensões do Estado, fazendo que tais povoamentos pouco representassem no processo de ocupação; 2) falta de assistência técnica e financeira à produção; 3) não cumprimento de contratos pelo Estado na demarcação de lotes; e 4) não implantação de infraestrutura básica aos moradores. Esses fatores propiciaram a venda das terras a colonos capitalizados a preços mais elevados e outra parte foi negociada pelo governo estadual e incorporado ao patrimônio particular dos grupos concessionários, tornando-se grandes condomínios ou latifúndios.

Os apontamentos acima mencionados mostram o papel do Estado como fomentador e articulador dos espaços, na tentativa de estruturação de territórios geográficos, conforme Egler (1995) mencionava. Em Mato Grosso, o Estado o grande articulador da ocupação ordenada para alcance dos resultados desejados: segurança nacional, resolução de conflitos fundiários em outros estados brasileiros e a ocupação do homem via trabalho e renda com produtos necessários para a inserção do país no exterior.



Sob o égide do governo militar capitaneado pelo general Emilio Garrastazu Médici, na década de 1970, foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN), cujo lema era “integrar para não entregar”, reiterando o objetivo de ocupar os espaços vazios na Amazônia, incorporando-os à acumulação de capital. O governo esperava com este programa transferir cerca de 300 mil famílias, principalmente nordestinas para os projetos oficiais de colonização às margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Entretanto, até 1974 apenas 6 mil famílias haviam se assentado nesta região. Por este motivo, o Governo Federal estimulou a instalação maciça de projetos de colonização empresarial (agropecuários, agroindustriais e de mineração) e de colonização privada, concentrando 243 projetos empresariais nas décadas de 1970 e 1980. No caso, os projetos particulares de ocupação se deram sob coordenação da Superintendência de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste (SUDECO) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Entretanto, mesmo com políticas definidas para o alcance dos objetivos, a forma da construção identitária da população no território Matogrossense se deu de forma diferenciada e com resultados aquém aos esperados o que apresenta Haesbaert e Santa Bárbara (2001).

## 2.1 A ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Efetivamente a mundialização da economia, sustentada por novas propostas tecnológicas da informação, comunicação e transporte, modifica as escalas territoriais ou pelo menos mostra relação com o espaço (BENKO, 2000). Isto ficou evidenciado no Mato Grosso a partir de sua divisão territorial para criação do Mato Grosso do Sul em 1977. Essa divisão não representou apenas “uma cisão territorial e instalação de novas administrações”. Também representou um marco no processo de ocupação e crescimento dos novos territórios (HIGA, 2005, p. 90).

Com a divisão e criação do Mato Grosso do Sul, o estado de Mato Grosso fica com uma área de 903.329,700 km<sup>2</sup>. Nela estavam formados 38 municípios até início de 1979 que, destes, apenas 07 municípios encontravam-se fora do entorno de Cuiabá, sua capital, em um raio de 250 km (IBGE, 2010). Em 1980, havia 55 municípios; em 1990 já possuía 95 e em 2005 constava com os atuais 141 municípios, distribuídos em 22 microrregiões de planejamento, como mostra a

Figura .

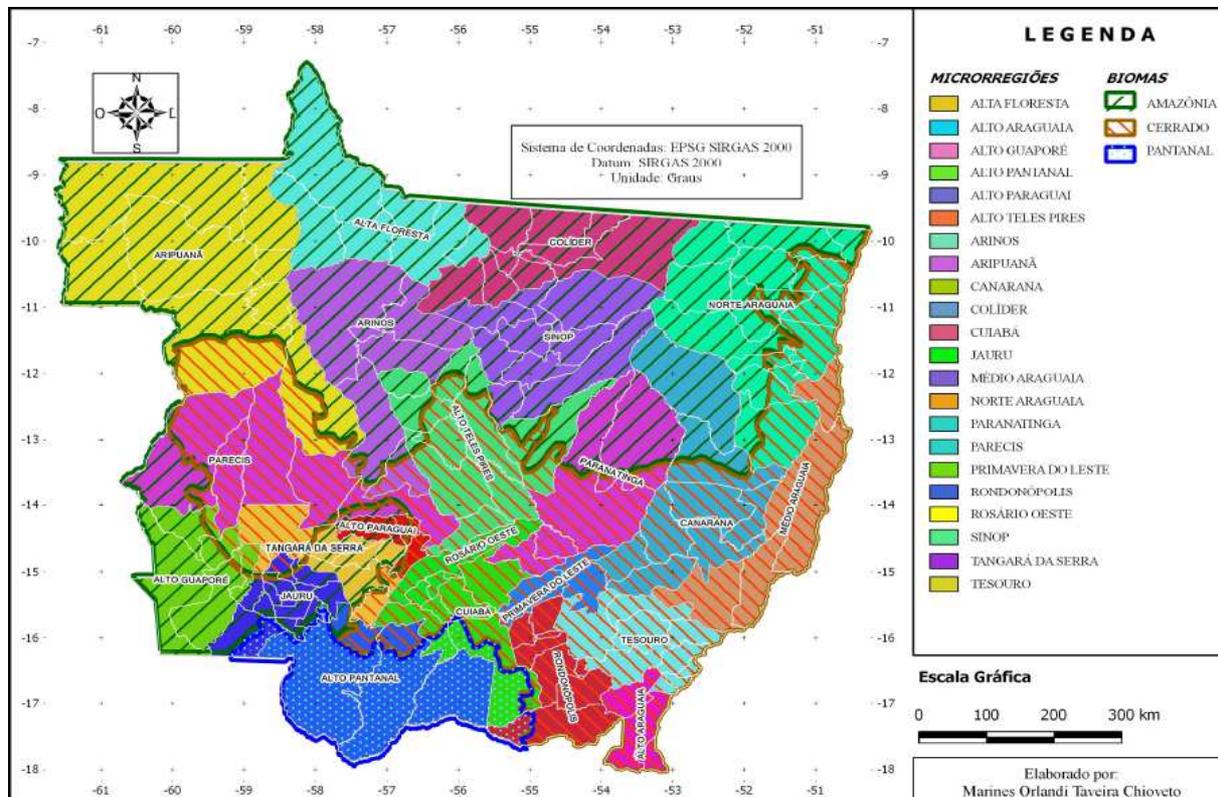


Figura 1 - Mato Grosso: microrregiões e biomas (Amazônia, Cerrado e Pantanal) – 2013.

Fonte: Chioveto (2014).

Esse processo de divisão territorial e consequente recomposição econômica advinda por esse processo no qual passou o Mato Grosso no final do século XX, vem mostrar o papel da (des)territorialização para nova configuração do território. Este processo vem impor uma sobreposição de territórios, onde as identidades de uma população se miscigenam, se confundem, se alteram, ao que Haesbart (2005) chama de reterritorialização do espaço. Portanto, a territorialização é a forma que uma sociedade toma posse de determinado espaço geográfico, dele resultando em mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais.

Esse caminho da (des)territorialização para uma (re)territorialização é apontada também por Martins (2001: p. 266), quando menciona que o que nos cabe é “compreender historicamente o processo de fragmentação em curso” ora posto, não



uma fragmentação apenas brasileira, mas de todos os países, consolidadas de formas diversas, por processos pacíficos de divisão regional territorial ou de lutas pela manutenção do status original.

A recomposição dos espaços representados pelos sistemas econômico, social e político evoluiu e se deslocou em uma formação multiterritorial. Em Mato Grosso, a divisão territorial se intensificou com a criação de novos municípios e com as transformações econômicas do território, fomentadas pelos planos oficiais de desenvolvimento e integração regional. Esta reconfiguração territorial e integração econômica tiveram como um dos fatores a localização do município e seu bioma, quando o Código Florestal faz ressalvas com relação a abertura do espaço e uso do solo.

Anterior a 1977, a ocupação e a economia voltava-se à agropecuária de subsistência e ao extrativismo mineral e vegetal. Como exemplo deste formato, surgem os municípios de Cuiabá, Guiratinga e Alto Taquari com exploração mineral; Rondonópolis e Santo Antônio do Leverger atividade direcionada a agricultura familiar e Poconé e Cáceres com a pecuária extensiva. Mas a partir do final de 1980, os programas de colonização e projetos de assentamentos respaldaram novos municípios, que se concretizaram a partir do loteamento e formação de núcleos urbanos e implementação de atividades agropecuárias mais precisas, com uso de tecnologia e diminuição da ocupação da força de trabalho.

Uma das formas de ocupação do espaço se deu por projetos de assentamentos, que ocorrem até a presente data nos territórios de Mato Grosso de forma diferenciada. Até 2011, houveram no Estado 534 assentamentos (em várias fases de implantação) fomentados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Destes, 264 ocorreram até 1999 e 271 assentamentos a partir de 2000 (BRASIL, 2011). A área destinada aos assentamentos é de 11.246.410 hectares, o que representa 12,45% do território Matogrossense. Entretanto, o percentual de famílias assentadas neste período foi de 83,47% do total de famílias originalmente aptas para o projeto, o que significa que a capacidade de famílias a serem assentadas eram de 190.598 famílias, mas somente 159.088 famílias tinham sido efetivadas em áreas assentadas.

Os assentamentos rurais foram e continuam sendo utilizados como forma de colonização e ocupação dos “espaços vazios”. Percebe-se essa política pelo número



de assentamentos que predominaram no centro e norte de Mato Grosso onde se concentraram os municípios criados após a divisão do Estado (1977), isto porque essa região ainda era pouco povoada no início de 2000, este espaço abrange aproximadamente 53% do território do Estado, os quais em sua grande maioria encontra-se no bioma Amazônico. Essa localização influenciou a forma do uso do solo devido as limitações impostas pelo Código Florestal Brasileiro, que, entre outras coisas, impunha a abertura da área e uso do solo para atividades produtivas de até 20% do espaço de cada propriedade ali localizada, fato que veio contribuir para a localização de atividade agropecuária com formato de agricultura familiar.

Por outro lado, a ocupação do solo com formato de agricultura intensiva com uso da tecnologia, ou seja, por meio de maquinários, insumos e técnicas modernas influenciadoras na produtividade é mais intensamente apropriada pela população localizada às margens dos eixos rodoviários (BRs 364, 070, 163 e 156), confirmando o papel de integração e crescimento regional propiciado pela integração que as rodovias oferecem (GRAZIANO DA SILVA, 1997; PRADO JUNIOR, 1999). Os municípios referência neste papel integrador que as vias rodoviárias possuem entre povos, facilitando a estruturação das atividades e sua comercialização são vistos em municípios como Itiquira, Rondonópolis, Campo Verde, Primavera do Leste, Sapezal, Nova Mutum, Sorriso, Sinop e Campo Novo do Parecis.

Esta perspectiva de estruturação das atividades econômicas fomentou a criação de novos municípios e conseqüente crescimento na arrecadação tributária para o Estado, com novos e substanciais volumes de recursos advindos de impostos. Por isto, o governo estadual se organiza para efetivar políticas de desenvolvimento local, no intuito de fortalecer as potencialidades regionais, delimitadas por resultados econômicos e sociais que se consolidam com o aumento significativo da população mato-grossense ao longo dos anos mostrado na

VIII Seminário Internacional sobre

# Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



Tabela 1.



Tabela 1- Mato Grosso: população, área e densidade demográfica – 1991, 2000 e 2010

	População Total	Área Total (km <sup>2</sup> )	Dens. Total (hab/km <sup>2</sup> )	Pop. Urbana	Dens. Urbana (hab/km <sup>2</sup> )	Pop. Rural	Dens. Rural
<b>1991</b>	2.022.524	903.329,70	2,23	1.481.073	1,64	541.451	0,60
<b>2000</b>	2.504.353	903.329,70	2,77	1.987.726	2,20	516.627	0,57
<b>2010</b>	3.035.122	903.329,70	3,36	2.482.801	2,75	552.321	0,61

Fonte: Chioveto (2014).

A



Tabela 1 mostra que de 1991 a 2000, a população aumentou em 80,76% e na década seguinte em 82,51%. Mas ao observar a população rural esta teve um declínio significativo na primeira década apresentada, período que o Mato Grosso passa por intensa reestruturação fundiária, quando as terras públicas passam a serem incorporadas aos projetos de ocupação por meio das políticas públicas federal e estadual, o que acelerou a compra de terras pelos projetos de colonização empresarial e privada, o que favoreceu o êxodo rural das famílias que ali ocupavam o espaço. No período de 2000 a 2010, contudo, com o estabelecimento dos novos espaços territoriais no Estado e a regularização das terras, há um crescimento populacional, inclusive no campo, quando os novos espaços são (re)territorializados e apropriados também por famílias que já residiam no Mato Grosso e começam a expandir suas propriedades agropecuárias pelo Estado.

Neste momento, se fortalece o desenvolvimento local substituindo o desenvolvimento central, que tinham como lema: “ajude-se, o Estado o ajudará”. E: “Não há territórios em crise, há somente territórios sem projetos” (BENKO, 2000, p. 9). Este fortalecimento local é visto com a estruturação gradativa e intensa das atividades econômicas houve maior integração do espaço por meio da ocupação, o que desencadeou o aumento populacional Matogrossense, principalmente nas cidades e seu entorno.



### 3 ASPECTOS FUNDIÁRIOS E ESTRUTURAÇÃO DA ATIVIDADE PRIMÁRIA NOS BIOMAS MATOGROSSENSES

Sob a política de modernização agropecuária com aporte de capital estrangeiro, o Mato grosso a partir de 1970 teve várias ações para fomentar o desenvolvimento do seu território para dar suporte à expansão do setor primário com características empresariais para fim de exportação. Isto é mostrado pela intensa apropriação privada das terras, como descreve Moreno (2005c), principalmente entre os períodos de 1975 e 1985, quando o número de estabelecimentos rurais passou de 56.118 para 77.921 estabelecimentos e a área territorial incorporada por esses estabelecimentos rurais passou de 21,9 milhões de hectares para 37,8 milhões. Isto representava em 1985, 41,72% da área do Estado, enquanto em 1975 era de 24,2%.

Esses números mostram o quanto a política de intervenção do governo federal estimulou à expansão da agropecuária naquele momento, repercutindo positivamente na integração do estado de Mato Grosso no processo produtivo brasileiro.

Esse período também foi marcado pela ação federal na implantação de diversos projetos oficiais e particulares de colonização no território Matogrossense. No período de 1985 a 1995 houve um pequeno aumento no número de estabelecimentos, mas a concentração das terras continuou pontual, saltando de 37,8 milhões de hectares para 49,8 milhões, o que representava em torno de 55% da área total do Estado naquela data.

Esta concentração é vista na Tabela 2 pela quantidade de estabelecimentos rurais que havia no período de 1970 e 2006 em relação à área ocupada.

Tabela 2 - Mato Grosso: número e área total dos estabelecimentos rurais – 1970 a 2006.

ANOS	ESTABELECEMENTOS (Unidades)	ÁREA (ha)
1970	106.104	45 752 567
1975	56.118	21 949 147
1980	63.383	34 554 549
1985	77.921	37 835 653
1995	78.763	49 849 663
2006	111.962	47.854.118

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996 e 2006.



A Tabela 2 mostra também que houve desconcentração da estrutura fundiária de grandes latifúndios de Mato Grosso de 1995 em relação a 1985 em torno de 6%, onde em 1985 havia 83% das áreas em grandes propriedades e em 1996 as propriedades com áreas acima de 1.000 ha totalizavam 77,43%, pontuando uma redução da área de apenas 10.799.442 ha (IBGE, 1995-1996), o que não mudou o aspecto da concentração fundiária no Estado.

Segundo Moreno (2005d) a promoção da modernização do campo era conservadora, pois propunha a reforma agrícola sem alterar a estrutura fundiária. Como consequência, houve a expansão horizontal da agricultura com apelo pela especulação de terras nas regiões de fronteira agrícola, o que implicou a redefinição das formas de organização da produção e relações de trabalho no campo.

Na década entre 1970 a 1980, o Mato Grosso apresentou 54% de aumento em área ocupada por estabelecimentos rurais da Região Centro-Oeste. Entretanto, o uso produtivo desta foi insipiente segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 1995-1996) quando observado a utilização das terras com lavoura temporária como mostra

. Se observa que as áreas de pastagens naturais são significativas até 1985, quando começa a inverter a tabela: as áreas de pastagens plantadas crescem como também as áreas de lavoura temporária (soja, milho, arroz e algodão).

Neste processo ha um aumento no desmatamento para a ocupação e uso da terra em Mato Grosso, a retirada das florestas possibilitava reivindicações pela terra e o desmatamento para a formação de pastagens.

Mas o crescimento das áreas agrícolas ocorre primeiramente nas áreas de Cerrado ao sul,

centro e leste do Estado, o que implicou em uma abertura de área mais concentrada na década de 1990 neste espaço.

O Mato Grosso, que até meados século XX ocupava o sul do Estado com atividades agrícolas com menor uso de tecnologia por ter seu relevo mais montanhoso e pedregoso, aos poucos sua ocupação vai se adentrando pelas áreas centrais e do norte do Estado em vista da melhoria de acesso pelo interior de Mato Grosso.

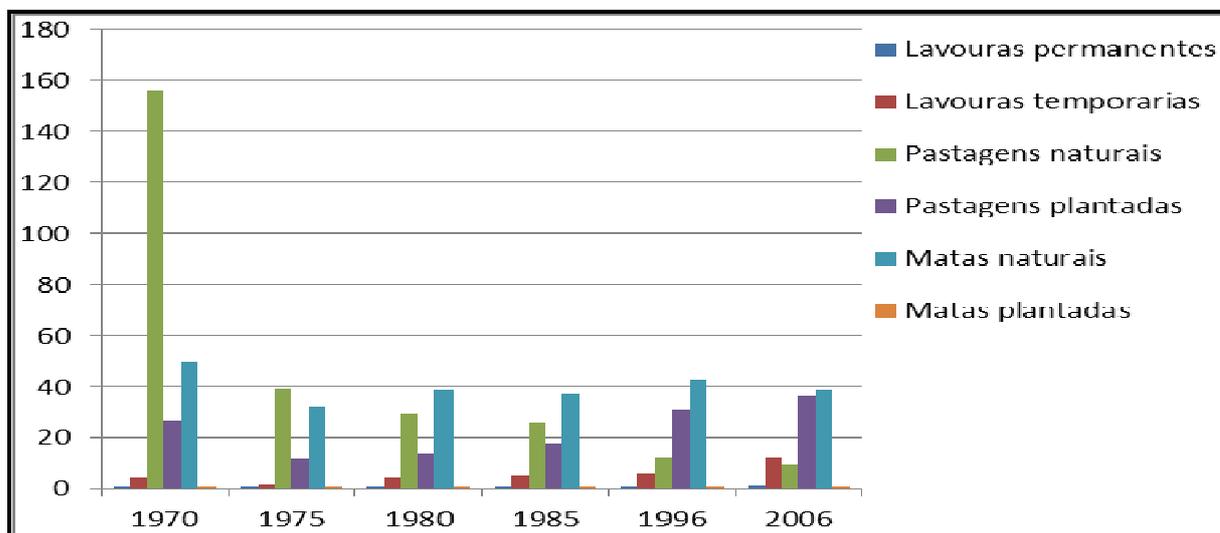


Figura 2 - Utilização das terras de Mato Grosso – 1970 a 2006.

Fonte: IBGE – Séries Históricas e Estatísticas 2006.

Como o crescimento do uso produtivo da área foi menor que sua ocupação, isso evidencia a compra de terras com interesses especulativos, incentivados por especuladores em busca de terras devolutas e públicas, caracteriza uma nova fase de exploração do campo. Esse interesse teve participação ativa dos governos federal e estadual que estimulou e incentivou a aquisição de terras para a ocupação empresarial do território, adotando medidas institucionais, jurídicas e políticas, reafirmando a estrutura agrária baseada na concentração de terras por parte dos proprietários, como menciona também Moreno (2005d).

### 3.1 ASPECTOS AMBIENTAIS EM TERRITÓRIOS MATOGROSSENSES

O crescimento das propriedades agropecuárias no Estado foi favorecido pela ocupação das áreas antes inexploradas, como as áreas localizadas no centro e norte de Mato Grosso, onde se encontram os biomas Cerrado e Amazônico. A ocupação efetiva implicou um forte desmatamento no território facilitado por incentivos fiscais advindos do governo federal e estadual nas décadas de 1970 e 1980.

Entretanto, segundo Fearnside (2006), a recessão econômica brasileira é a melhor explicação para a queda nos índices do desmatamento de 1987. Mas após

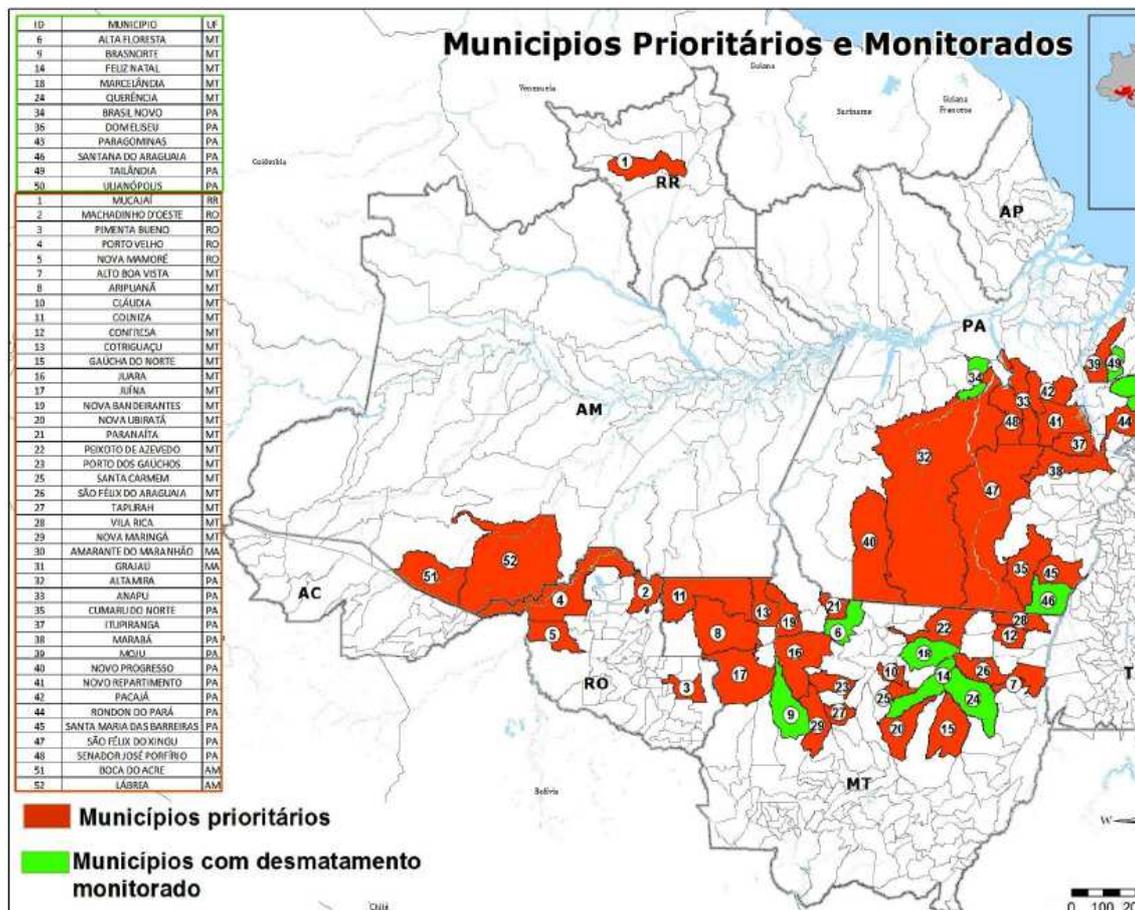


1991, há as maiores incidências do desmatamento na região, quando houve um aumento significativo no crédito subsidiado pelo governo federal com taxas bem abaixo da inflação. Em 1994 e 1995 há um salto expressivo no desmatamento dos estados situados na Amazônia Legal, nele incluso o Mato Grosso.

Com o aumento das áreas de desmatamento na Amazônia Legal, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) acentuou o acompanhamento das áreas desmatadas (BRASIL, 2014a, p.1). Essas áreas se concentram especialmente numa área denominada Arco do Desflorestamento (ou, em outra perspectiva, Arco de Povoamento Adensado), que se estende desde o oeste do Estado do Maranhão, passando por Tocantins, parte do Pará e do Mato Grosso, todo o Estado de Rondônia, o sul do Amazonas chegando ao Acre.

Um dos principais fatos indutores do desmatamento desta parte do Brasil se dá pela abertura e investimentos em infraestrutura em rodovias de acesso, que tem o papel de unir essas regiões remotas do país às regiões mais desenvolvidas, como as Regiões Sul e Sudeste. Este avanço em aberturas de áreas por meio do desmatamento nesta região onde se encontra o Mato Grosso, segundo o Ministério do Meio Ambiente - MMA (BRASIL, 2014a), também vai se expandido para novos estados brasileiros, como Roraima, Pará e Amazonas.

Figura 3 - Arco do desflorestamento: municípios prioritários para a prevenção e combate ao desmatamento, segundo PPCDAm (Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) – 2012-2015.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, MMA, 2014a).

Contudo, essas novas áreas que são incorporadas ao processo produtivo são denominadas como Arco do Desflorestamento demonstradas na Figura ; deveriam ser reestruturadas pela perspectiva da sustentabilidade, onde a produtividade econômica deveria ser pautada pela proteção e conservação das áreas florestais bem como “a implantação de infraestrutura compatível com a densidade demográfica e equipamentos públicos e formação de mercados adequados à população que nele habita” (BRASIL, 2014a, p.1).

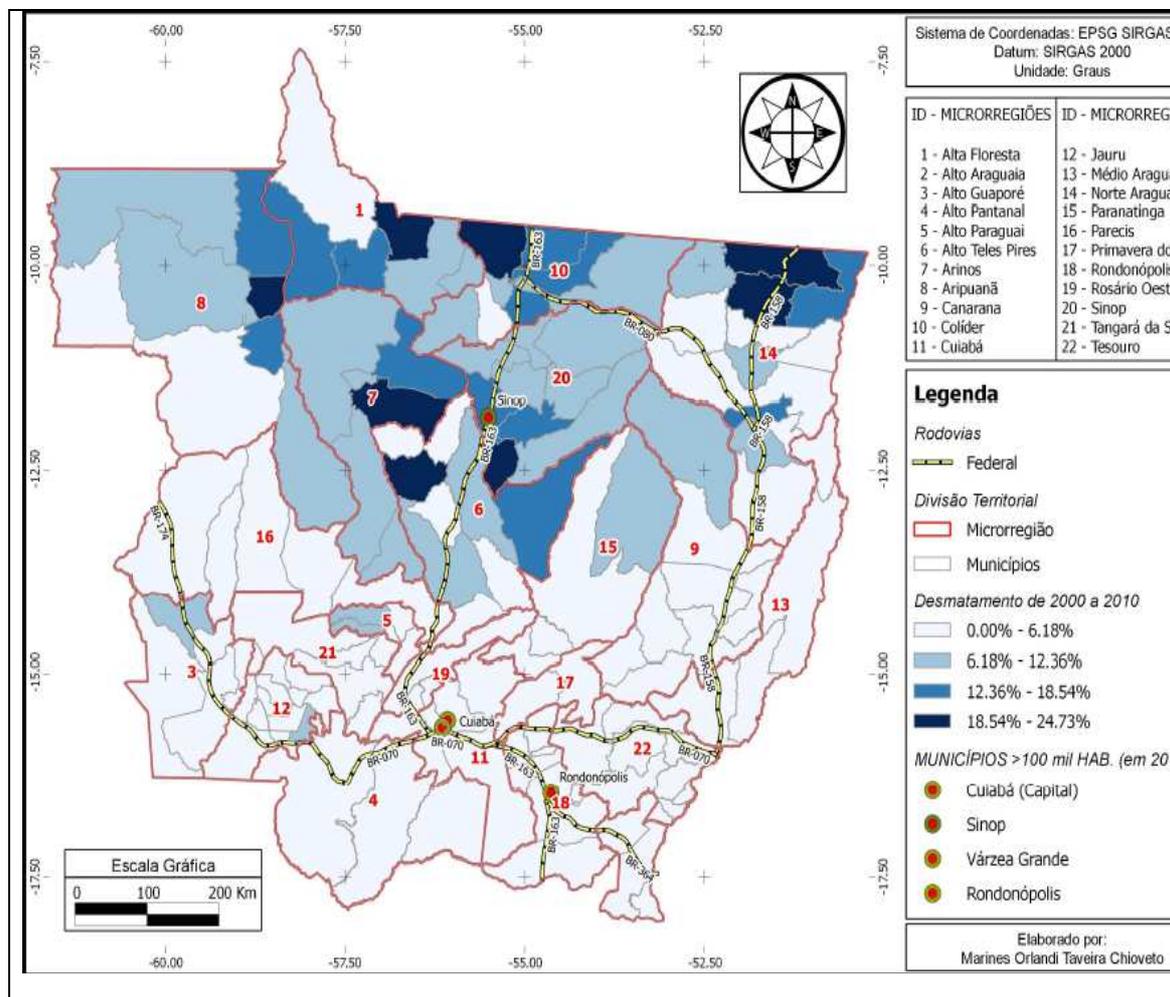
O desmatamento além de influenciar significativamente na perda de biodiversidade, influencia em mudanças territoriais, inclusas aqui os territórios indígenas existentes nestes estados localizados ao norte do Brasil, mas principalmente mostra ausência de políticas de sustentabilidade para que possibilitem



ao indivíduo que ocupa essas áreas, de viverem com qualidade de vida primando pela maior integração homem e meio.

Portanto, para mudar esse panorama, o Governo Federal estabeleceu várias ações voltadas para o bioma Amazônico de prevenção, monitoração e controle, entre os quais uma lista de municípios, onde foram priorizadas “medidas de integração e aperfeiçoamento de ações voltadas ao monitoramento, ordenamento fundiário e territorial e o incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis” (BRASIL, 2014b), sendo apresentadas na Figura ; onde mostram os municípios Matogrossense e outros Estados nesta classificação.

No caso de Mato Grosso, só após a década de 1990 é que a ocupação se dá ao norte, onde as terras são cobertas com densas florestas tropicais, característica do bioma Amazônico, que requerem maior intensificação de recursos para o manuseio do solo. As áreas ao centro foram ocupadas primeiramente devido a abundância de terras planas, com florestas tropicais mais abertas, característica do Cerrado, o que facilitava a abertura de áreas para o cultivo de grãos demonstrado pelos índices de desmatamento nos municípios das microrregiões ao sul do Estado em até 6,18%, como mostrado nas Microrregiões Alto Pantanal (4), Rosário Oeste (19) e Tesouro (22).



**Figura 4** – Mato Grosso: evolução do desmatamento – 2000 a 2010.

Fonte: Chioveto (2014).

Na primeira década do século XXI o desmatamento se estende pelo norte do Estado onde se encontra o bioma Amazônico, com suas extensas áreas de floresta até então não exploradas. Vê-se a intensidade do desmatamento nas microrregiões Alta Floresta (1), Arinos (7), Colíder (10) e Norte Araguaia (14), onde se encontra o Parque Nacional do Xingu, com municípios com crescimento no desmate entre 18,54% a 24,74%. Neste processo de ocupação, a abertura de áreas incide primeiramente na extração da madeira e da pecuária extensiva. Entretanto, aos poucos vai delineando a exploração agrícola de monoculturas, como o arroz, algodão, soja e milho.



As transformações socioeconômicas e espaciais Amazônicas impuseram mudanças significativas no tocante à abertura de espaços territoriais para a ocupação migratória. As cidades cresceram; muitas outras surgiram, a população se multiplicou, fazendo com que novos espaços fossem incorporados pela sociedade favorecidos de implementação de técnicas modernas de produção.

O processo de desenvolvimento tecnológico, as mudanças de hábitos e costumes somados a necessidade de produtos diversificados, impõe uma maior apropriação dos recursos naturais. Com isto, o homem impõe um ritmo crescente na expansão e apropriação de novas áreas produtivas, impondo novos arranjos espaciais dos territórios, como o caso do estado de Mato Grosso e seus municípios inseridos nos biomas de Cerrado e Amazônico.

Em 1998, dados apresentados pelo Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO), o bioma Amazônico recobria em torno de 55% do território Matogrossense, principalmente no centro-norte do Estado com predomínio da Floresta Amazônica. Com a colonização e implantação de projetos agropecuários este bioma foi sendo alterado, substituindo gradativamente a vegetação nativa.

As áreas florestais neste espaço estão sendo progressivamente convertidas em terras de produção agrícola e de pecuária extensiva aumentando o processo de desmatamento, facilitada pelas formas de relevo pouco inclinados, sendo destaque nos municípios de Sinop, Alta floresta e Juína.

Schawenk (2006: p. 263) menciona que estas alterações têm causado impactos ambientais, dentre os quais:

- Destruição da fauna e flora, através da eliminação dos habitats e fontes de recursos alimentares;
- Caça predatória e a comercialização clandestina;
- Erosão do solo;
- Assoreamento dos rios;
- Perda da biodiversidade, com eliminação de espécies vegetais;
- Empobrecimento do patrimônio genético;
- Interferência nas culturas indígenas (...);
- Estresses e doenças de alguns cultivares; e
- Contaminação dos cursos d'água e do solo por mercúrio e uso de grande quantidade de agrotóxicos.



A ocupação do território Matogrossense também se fez expressivo no bioma Cerrado. Ocupa 38,29% da cobertura original, do Alto Paraguai-Guaporé, o sul e o sudoeste dos Parecis e ao sul do paralelo 13º até o limite com o Mato Grosso do Sul.

O Cerrado Matogrossense teve um processo ocupacional mais intenso a partir de 1970, fortalecido pelos projetos de colonização com advento de grandes empresas agropecuárias e forte urbanização, o que veio intensificar o desmatamento e queimadas. As áreas preferenciais para a agricultura mecanizada de grãos são as de cerrados com relevo pouco inclinado, dando origem a uma rede de cidades ligadas por rodovias federais (Brs 070, 158, 163 e 364).

Os impactos sobre o Cerrado por causa da ocupação de seu espaço têm sido discutidos por pesquisadores que discutem os impactos do desmatamento e uso da terra, a mudança impulsionada pela agricultura e pecuária e estudos ambientais sobre o crescimento econômico na Amazônia Legal e de Mato Grosso e ações para diminuir seu impacto dos custos ao ambiente.

Basicamente, os problemas que a ocupação introduziu a este bioma são apresentados por Romeiro (1998) e por Schawenk (2006: p.256):

- Compactação do solo;
- Erosão e perda do solo;
- Assoreamento dos rios;
- Contaminação das águas pelo uso intensivo de agrotóxicos, vinhoto de usinas canavieiras e mercúrio dos garimpos;
- Desequilíbrios ecológicos causados pelo desmatamento, queimadas e pela monocultura extensiva, provocando doenças e pragas no cultivo;
- Proliferação de insetos que causam prejuízo à atividade agrícola ou ao homem (...);
- Invasão de reservas indígenas, com ameaças de descaracterização da vegetação natural e a extinção e afastamento da fauna silvestre;
- Simplificação do sistema e redução da biodiversidade.

Portanto, a mudança do ambiente natural em Mato Grosso se dá de forma gradativa devido às políticas de ocupação incentivadas para a produção commodities agropecuários. O crescimento da população está ligado a expansão das atividades agropecuárias e consequente industrialização de algumas matérias-primas, onde a partir de meados da década de 2000 se instalam em Mato Grosso, indústrias



frigoríficas, laticínios, indústrias sucroalcooleiras e de extração de calcário, entre outros.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de resgatar o processo de ocupação de Mato Grosso e sua transformação na nova fronteira agrícola brasileira a partir de 1970, fica evidenciada a participação do Estado como fomentador e articulador da ocupação territorial “ordenada”, por meio de políticas públicas para regiões diferenciadas em Mato Grosso. Enquanto no leste do Estado teve a política de implantar núcleos de povoamento a partir do Vale do Araguaia até o Xingu (Expedição Roncador-Xingu e Fundação Brasil Central), o sul de Mato Grosso teve estímulo a migração gaúcha a fim de “resguardar a fronteira” (colônia Agrícola Nacional de Dourados), o norte por causa das terras devolutas, o governo estadual cria o primeiro Código de Terras em 1950 para facilitar a implantação de colônias agrícolas em terras aráveis.

Estes incentivos tidos pelo Estado destinados a atração e manutenção da população do Mato Grosso a partir de meados do século XX foram decorrentes de políticas públicas federais, advindos principalmente do Programa de Integração Nacional (PIN), que veio para consolidar a ocupação deste território brasileiro, até então pouco conhecido e integrado ao país.

Estes fatores foram decorrentes e consequentes de incentivos fomentados pelos órgãos públicos, que se materializaram em preços baixos das terras, acesso a regularização fundiária, e consequente acesso a propriedade de grandes extensões de terras, que, juntos com o clima e solo e em incentivos fiscais, propiciaram o crescimento do Estado. Há formas diversas de ocupação articuladas com diversas políticas públicas de articulação, que possuíam diferentes intenções de resultados (segurança nacional, fonte de matéria prima ao exterior, resolução de conflitos fundiários ou geração de trabalho e renda vindos de estruturação de atividades agropecuárias).

Isto repercutiu em uma ocupação intensa nos territórios Matogrossense, primeiramente no Cerrado e após no bioma Amazônia. Esta ocupação foi favorecida pela estrutura fundiária do espaço caracterizada pela concentração de terras e latifúndio, ocupada por extensas áreas de pastagens e matas, primeiramente e após



por lavouras temporárias com característica de monocultura como o arroz, algodão, o milho e soja.

Esta ação para uso do solo foi fator gerador de desmatamento, evidenciado nas áreas dos 141 municípios, sendo imposto primeiro no sul e oeste do Mato Grosso, nos 62 municípios do Cerrado ainda na década de 1990 e após 2000 se acentua no norte do Estado, nos 74 municípios da Amazônia, se projetando pela divisa dos estados do Pará e Rondônia.

## REFERÊNCIAS

BENKO, Georges. La recomposicion de los espacios. Traducción María Neffar López. **Geographicalia**, Portugal: Universidade de Coimbra, n.38, p.5-12, 2000.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Legislação sobre a criação da Amazônia Legal**. Disponível em: <<http://www.sudam.gov.br/amazonia-legal>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm)>. Acesso em: 27 dez. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação**. Brasília: INCRA, 2011, p.155-173. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/questao-fundiarria/assentamentos\\_2001\\_a\\_2010.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/reforma-agraria/questao-fundiarria/assentamentos_2001_a_2010.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. PPCDAm. **Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**. 2012/2015. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80120/municipios%20prioritarios%20e%20monitorados.jpg>. Acesso em: 01 abr 2014a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Lista de municípios prioritários da Amazônia**. 2007. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-amaz%C3%B4nia-ppcdam/lista-de-munic%C3%ADpios-priorit%C3%A1rios-da-amaz%C3%B4nia>. Acesso em: 01 abr 2014b.

CHIOVETO, Marines O. T. **Desenvolvimento rural no Mato Grosso e seus biomas**. 2014. 245 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. UNIOESTE: Toledo, 2014.



EGLER, Claudio A. G.. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C. & CORRÊA, R. L. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.207-238,1995.

FEARNSIDE, Philip M. Desmatamento na Amazônia: dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazonica**. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA. Coordenação de Pesquisas em Ecologia-CPEC. V. 36, n.3, p. 395-400, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte: UFMG, v.7, n.1, p. 43-81, maio de 1997.

HAESBAERT, Rogério; SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. **GEographia**, Rio de Janeiro: UFF, v. 3, n. 5, p.1-14, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/53/51>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

HIGA, Tereza Cristina Souza. A reordenação do território. In: **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, p.88-101, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995\\_1996/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/). Acesso em: 26 dez. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mt&tema=resultpreluniver\\_censo2010](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mt&tema=resultpreluniver_censo2010)>. Acesso em 31 out 2011.

MARTINS, Herbert Toledo. A fragmentação do território brasileiro: a criação de novos estados no Brasil. **CADERNO CRH**, Salvador: UFBA, n. 35, p. 263-288, jul./dez. 2001.

MORENO, Gislaene. Políticas e estratégias de ocupação. In: **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, p.34-51, 2005.

MORENO, Gislaene. A colonização no século XX: a política estadual e federal de colonização em Mato Grosso – 1900/1990. In: MORENO, G.; HIGA, C. S. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005b.

MORENO, Gislaene; HIGA, C. S. Dinâmica populacional de Mato Grosso. In: **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, p.72-87, 2005c.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. Rio de Janeiro: Annablume Editora, 1998.

VIII Seminário Internacional sobre

## Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



SCHAWENK, Lunalva Moura. Domínios biogeográficos. In. MORENO, G.; HIGA, C. S. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: Entrelinhas, p.250-271, 2005c.

SIQUEIRA, E. M. **O processo histórico de Mato Grosso**. 2ª ed. Cuiabá: UFMT, 1990.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. In **Ciência Geográfica**. Bauru: AGB, v. 15, n. 01, Jan./Dez. 2011.